

# A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS (ABPN) COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO, ORGANIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CONHECIMENTO ANTIRRACISTA

## THE BRAZILIAN ASSOCIATION OF BLACK RESEARCHERS (ABPN) AS A SPACE FOR THE PRODUCTION, ORGANIZATION AND DISSEMINATION OF ANTI-RACIST KNOWLEDGE

Helen Silva<sup>1</sup>  
Delton Aparecido Felipe<sup>2</sup>  
Ana Paula Herrera de Souza<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir como a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) se constituiu como uma instituição de promoção da igualdade racial no Brasil e quais as estratégias que ela utiliza para organizar, produzir e divulgar saberes antirracista. Para atender o nosso intuito apresentamos as principais atividades desenvolvidas pela associação, desde sua fundação no início do século XXI até os dias atuais. A ABPN, ao incentivar os/as pesquisadores/as a realizarem estudos sobre a temática étnico-racial, assume a questão racial como uma questão cultural, social, política e ideológica, demandada na luta contra o racismo, desencadeando um tipo de produção do conhecimento distinto do que até então vem sendo produzido no meio acadêmico, fomentando a estruturação de uma sociedade antirracista, democrática e equânime

**PALAVRAS-CHAVE:** ABPN; Educação Antirracista; Pesquisadores/as Negros/as

### ABSTRACT

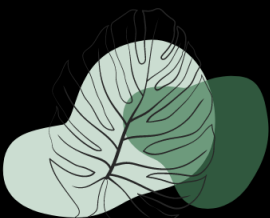
This article aims to discuss how the Brazilian Association of Black Researchers (ABPN) has become an institution for promoting racial equality in Brazil and what strategies it uses to organize, produce and disseminate anti-racist knowledge. That said, in order to achieve what is proposed, we present the main activities carried out by the association, from its foundation at the beginning of the 21st century to the present day. By encouraging researchers to conduct studies on ethnic-racial issues, the ABPN takes on the racial theme as a cultural, social, political and ideological issue, demanded in the fight against racism, unleashing a type of knowledge production that is different from what has been produced in academic circles until now, fostering the structuring of an anti-racist, democratic and equitable society.

**KEYWORDS:** ABPN; Anti-racist education; Black researchers.

<sup>1</sup> Discente do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integrante da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). E-mail: helenlisva@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Graduado em História pela UEM e em Pedagogia pelo Centro Universitário de Jales (Unijales). Integrante da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). E-mail: ddelton@gmail.com.

<sup>3</sup> Discente de Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: herrera12souza@gmail.com.



## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a educação brasileira têm se organizado como um lócus de incidência de leis, estratégias e ações para uma educação antirracista. Isso se deve a luta dos movimentos negros, em especial a partir de 1970, para que o Estado reconhecesse a presença da população negra como essencial para a constituição do Brasil e os conhecimentos que circulam em nosso país. Essa pressão se desdobrou na aprovação de uma série de dispositivos legais no âmbito educacional, tanto na Educação Básica como a aprovação a Lei Federal nº 10.639/2003, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica, como no Ensino Superior como Decreto nº 4.876/2003, que institui o Programa Diversidade na Universidade, inserido no âmbito do Ministério da Educação (MEC), o qual tem por finalidade de implementar e avaliar estratégias para a promoção do acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, especialmente afrodescendentes e indígenas brasileiros.

Além desses dispositivos, em 29 de agosto de 2012, foi regulamentada a lei nº 12.711, conhecida como Lei de Cotas. A lei supracitada estabelece que as instituições federais de educação superior vinculadas ao MEC reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, serão preenchidas por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva dos referenciados grupos na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Em 2023, a Lei de Cotas passou por avaliação e aprimoramento, tendo sido atualizada pela promulgação da Lei nº 14.723/23. Entre as principais mudanças da legislação, tem-se agora, os/as cotistas primeiro concorrendo em ampla concorrência, com todos os demais candidatos/as. Se não forem aprovados/as, ainda podem se candidatar às vagas reservadas por cotas. Também foi reduzido o valor para o teto da renda familiar dos/as estudantes, que passou a ser de um salário-mínimo. Outra novidade da Lei foi a inclusão de estudantes quilombolas como beneficiários/as das cotas, além da extensão das políticas afirmativas para a pós-graduação.

Apesar de ainda estarmos lutando para a efetivação das legislações, podemos afirmar que as instituições que adotaram políticas de inclusão voltadas à população negra e aos povos indígenas,



têm aos poucos pluralizado a sua produção de conhecimento tanto na graduação como na pós-graduação, buscando conhecimentos, muitas vezes por grupos de pesquisas comprometidos com as questões étnico-raciais, que permitam o reconhecimento, a reparação e a valorização de grupos étnico-raciais historicamente marginalizados.

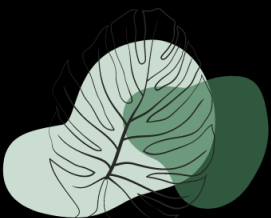
Ao habitar o ensino superior, discentes negros/as e indígenas produzem e difundem conhecimento científicos que permitem uma melhor compreensão do racismo e suas formas de manifestação, tanto no âmbito individual, como coletivo no Brasil. Não podemos esquecer que muitos desses estudantes, com o passar do tempo, tornaram-se professores e professoras de diversas universidades pelo Brasil. A produção desses intelectuais, sejam como discentes ou docentes, permite-nos compreender o racismo como uma estrutura de poder que perpassa a vida cotidiana da população negra e dos povos indígenas e que se manifesta de diversas formas: estruturalmente, institucionalmente, subjetivamente, entre outras, e, deve ser enfrentado na esfera privada e pública.

É neste contexto de críticas à história tradicional marcadamente eurocêntrica, a antropologia, etnologia, a linguística, a sociologia e outras áreas de conhecimentos produzidas para legitimar a dominação colonial e o racismo, que a intelectualidade vinculada à Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as - (ABPN) tem atuado na produção, organização e divulgação de conhecimentos antirracistas. Considerando o exposto, este artigo tem como objetivo discutir como a ABPN se constituiu como uma instituição de promoção da igualdade racial no Brasil e quais as estratégias que ela utiliza para organizar, produzir e divulgar saberes antirracistas.

## **2 A ABPN CONSTRUINDO OLHARES PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NO BRASIL**

Tratar da promoção da igualdade racial no Brasil ou da luta antirracista implica, necessariamente, em reconhecer que o racismo faz parte do DNA brasileiro, naquilo que autores como Almeida (2018) tem chamado de racismo estrutural, este reconhecimento nos faz admitir também que no decorrer de boa parte da história deste país houve ações de combate às desigualdades raciais, o que chamaremos de movimentos negros conforme a acepção de Santos (1994, p. 158) que afirma:

Todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro],



fundadas e promovidas por pretos e negros [...]. Entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo], assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como “clubes de negros”], artísticas [como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia], culturais [como os diversos “centros de pesquisa”] e políticas [como o Movimento Negro Unificado]; e ações de mobilização política, de protesto antidiscriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro.

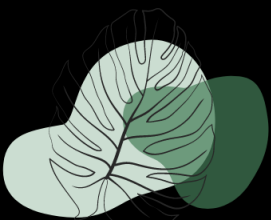
Deste modo, torna-se significativo entender como as associações, entidades, grupos, entre outros classificados como movimentos negros, constroem suas estratégias de lutas e defesa dos direitos da população negra. Nessa perspectiva, Gomes (2017) argumenta que:

Esse movimento social trouxe as discussões sobre o racismo, discriminação racial, desigualdade racial, crítica à democracia racial, gênero, juventude, ações afirmativas, africanidades, saúde da população negra, educação das relações étnico-raciais, intolerância religiosa contra as religiões afro-brasileiras, violência, questões quilombolas e antirracismo para o cerne as discussões teóricas e epistemológicas das ciências sociais, jurídicas e da saúde, indagando inclusive as produções teóricas raciais do século XIX disseminadas na teoria e no imaginário social. É também esse movimento social que fez e faz a tradução intercultural das teorias e interpretações críticas realizadas sobre a temática racial no campo acadêmico para a população negra e pobre fora da academia (Gomes, 2017, p.17).

Como podemos ler no excerto acima, a atuação destes movimentos se faz de forma multifacetada e atravessa diversas áreas do conhecimento. Uma dessas áreas de destaque é a da educação, que é considerada uma das formas de mobilidade social para a população negra e também como um espaço de construção de argumentos contra o racismo.

A educação tem merecido atenção especial das entidades negras ao longo da sua trajetória. Ela é compreendida pelo movimento negro como um direito paulatinamente conquistado por aqueles que lutam pela democracia, como uma possibilidade a mais de ascensão social, como aposta na produção de conhecimentos que valorizem o diálogo entre os diferentes sujeitos sociais e suas culturas e como espaço de formação de cidadãos que se posicionem contra toda e qualquer forma de discriminação (Gomes, 2012, p. 735).

É nesse contexto de luta coletiva que em novembro de 2000, foi fundada a ABPN, durante o I Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as – I COPENE, realizado nas dependências da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE - como resultado direto do esforço de alguns pesquisadores/as negros/as, oriundos de diversos espaços institucionais de pesquisa e, também, dos Movimentos Negros que há muito denunciavam sua invisibilidade no interior do campo acadêmico. A Associação que, caracteriza-se como civil, sem fins lucrativos, filantrópica, assistencial, cultural, científica, independente, configura-se nos seus vinte e três anos de existência



como mais um espaço de divulgação, formação, fomento à produção cultural, conhecimento científico, ensino, pesquisa e extensão acadêmico-científica, sobre temas de interesses das populações negras do Brasil.

Nestas mais de duas décadas de existência, a ABPN adota a perspectiva da superação do racismo, trabalhando com temas de interesse direto das populações negras no Brasil, na África e na Diáspora, defendendo e zelando pela manutenção de pesquisas com financiamento, propondo medidas para o fortalecimento institucional da temática das relações raciais. Isto levou a Associação, durante o III Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as - III Copene, realizado de 06 a 10 de setembro de 2004 na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a instituir oficialmente o Consórcio de Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Conneabs).

Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (Neabs) e os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabis), bem como, os grupos e núcleos correlatos, ao serem agregados pelo Consórcio à ABPN nos últimos anos, tornaram-se lócus privilegiados de aglutinação, articulação, debates, propostas de estudos e pesquisas de intelectuais negros/as e não negros/as que atuam com a temática das relações raciais no ambiente acadêmico e fora da academia. Em outras palavras, constituíram-se em espaços de concentração e circulação de negros/as intelectuais, isto é, pesquisadores/as de origem ou ascendência negra que carregam uma ética da convicção da luta antirracista adquirida ou incorporada do movimento negro e um ethos acadêmico-científico ativo, e, se posicionam em prol da igualdade racial e de políticas de promoção dessa igualdade no ambiente universitário e fora dele.

Os Neabs se destacam nesse cenário por congregarem negros/as intelectuais no âmbito das universidades e assumirem o papel de sujeitos coletivos, isto é, de sujeitos orgânicos na construção e difusão dos saberes por eles produzidos sobre as questões relacionadas aos afro-brasileiros, identificando conhecimentos, manifestações e formas de pensar, de estar no mundo, concepções, linguagens e pressupostos não hegemônicos. Com isso, contribuem para uma discussão sobre os processos de produção e difusão de conhecimentos intrinsecamente ligados às lutas históricas empreendidas pelas populações negras nas Diásporas Africanas contra o racismo e as desigualdades raciais, nos espaços de religiosidades, nos quilombos, nos movimentos negros organizados, na imprensa, nas artes e na literatura, nas escolas e universidades, nas organizações não-governamentais, nas empresas e nas diversas esferas estatais. Neles, a intelectualidade negra se organiza e atua coletivamente.



Os trabalhos desenvolvidos por cerca de 191 Neabs, Neabis e outros grupos correlatos nos campos da pesquisa, do ensino e da extensão no interior das universidades por todo país os distinguem dos demais espaços e os caracterizam como sujeitos ativos e coletivos no contexto da luta ideológica contra o racismo. Sabemos que o racismo atua como ideologia dominante e que ele está difundido por toda a sociedade, inclusive dentro da universidade enquanto um sistema de valores culturais que impregna, penetra, socializa e integra o sistema social como um todo. É nesse terreno que os Neabs ganham cada vez mais importância e significado, tornando espaços de formação e de produção do conhecimento contra-hegemônico. Além de combater o racismo do ponto de vista epistemológico, esses Núcleos, ao mesmo tempo, também combatem o racismo institucional.

Os Neabs e Neabis desempenham um papel fundamental dentro de uma instituição, pois assumem uma série de demandas relacionadas à promoção da diversidade, igualdade racial e valorização da cultura afro-brasileira. Suas atividades incluem a realização de eventos e palestras que visam conscientizar a comunidade acadêmica sobre questões raciais, históricas e culturais, promovendo o respeito à pluralidade étnica e o combate ao racismo, desencadeando um tipo de produção do conhecimento distinto do que até então vem sendo produzido no meio acadêmico, extrapolando a tendência ainda hegemônica no campo das ciências humanas e sociais de produzir conhecimento sobre os movimentos e seus sujeitos. Trata-se de um tipo de conhecimento articulado às vivências de negros/as intelectuais como sujeitos nos (e com) os movimentos sociais (GOMES, 2010, p. 492-4). Nesse tipo de conhecimento, a parceria com os movimentos sociais, em particular com o movimento negro, é de fundamental importância na sua produção e na criação de um novo olhar sobre as ciências.

### **3 A ABPN COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO, ORGANIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CONHECIMENTO ANTIRRACISTA**

Atualmente, a ABPN conta com mais de 4.000 (quatro mil) associados/as, entre docentes, discentes, técnicos administrativos e ativistas de movimentos sociais, nas mais diversas instituições de ensino do Brasil e tem buscado, sobretudo, desempenhar ações, trabalhos, conferências, reuniões, cursos, debates e pesquisas voltadas para temas relacionados à população negra. Para além disso, a ABPN procura ainda manter intercâmbio com outras associações brasileiras, mas também do exterior, tais como as coirmãs do exterior: Asociación de Investigadores/as Negros/as



de America Latina y el Caribe (AINALC) e a World Education Research Association (WERA), com vistas a propor medidas para a política de ciências e tecnologia por meio dos seus/suas associados/as com objetivo de promoção da igualdade racial.

Os eventos promovidos pela ABPN têm como foco os aspectos históricos, sociais, econômicos, diplomáticos, religiosos, educacionais, literários, geográficos, políticos, territoriais, de saúde e culturais das populações negras do Brasil. A presidenta da Associação do biênio 2016-2018, Anita Canavarro Benite argumenta sobre a necessidade de se ter associação voltada para pesquisa científica afro-referenciada:

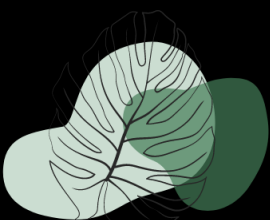
O porquê de uma associação de pesquisadores negros e negras? A pesquisa científica é a principal alavanca de desenvolvimento de um país nas questões sociais, políticas e econômicas. Quando você se dirige uma escola básica ou mesmo numa instituição de nível superior e pergunta para os estudantes qual o cientista negro ou negra que você conhece, essa resposta é nenhuma. Se você se refere especificamente a qual cientista que você conhece o modelo que aparece é o sujeito universal. Então, qual é a pergunta que a gente deve fazer? Onde estão os cientistas negros e negras que contribuíram para o avanço das nações, né? Eles não existem? Não, eles existem. E por que ninguém escuta falar desses cientistas? É por isso que a gente tem uma Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e Negras que é uma reunião dessa intelectualidade que reconhece a intelectualidade negra sobre diferentes perspectivas tanto do movimento social quanto à educação básica, academia e os saberes tradicionais (...)⁴.

Argumentação de Benite se deve ao fato de que, ao longo da história do Brasil, considerável parte dos espaços de construção de conhecimento científico deram pouco destaque às temáticas de conhecimento que dizem respeito à população negra. Por isso, a ABPN tem como uma de suas propostas, congrega pesquisadores/as negros/as brasileiros/as que trabalham com a temática racial no Ensino Superior e na Educação Básica, formando assim um aquilombamento intelectual de produção, organização e divulgação de conhecimento antirracista.

É necessário fazer reconhecimento de iniciativas de atividades, trabalhos de promoção das culturas negras do Brasil, fora da ABPN, nos mais diferentes setores como universidades, terreiros, sindicatos, ONGs, igrejas, empresas, conselhos, federações, entidades de pesquisadores/as, como Associação Nacional de História (ANPUH), jornais, imprensa, mídias, organizações de mulheres etc. Ressaltamos que a ABPN, não é a única entidade a vincular questões de etnias negras no Brasil, entretanto, como já foi afirmado neste trabalho, ao longo da história nacional, por ação e omissão

---

⁴ Recortes de trechos da entrevista com algumas adaptações. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6kDnYLz-IoI> . Acesso em 03/03/2024.



do Estado e também de parte de setores da sociedade civil, entidades desse tipo não foram estimuladas, pelo contrário, foram até coibidas. Assim, na atualidade constam poucas entidades de pesquisadores/as que têm esta finalidade.

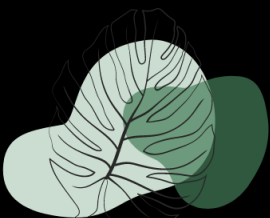
A ABPN, ao incentivar seus pesquisadores a realizarem estudos específicos sobre a temática étnico-racial, assume a questão racial como uma questão cultural, social, política e ideológica, demandada na luta contra o racismo institucional na universidade, desencadeando um tipo de produção do conhecimento distinto do que até então vem sendo produzido no meio acadêmico, extrapolando a tendência, ainda hegemônica no campo das ciências humanas e sociais, de produzir conhecimento sobre os movimentos e seus sujeitos, “trata-se de um tipo de conhecimento articulado às vivências dos negros intelectuais como sujeitos nos (e com) os movimentos sociais” (Gomes, 2010, p. 492). Nesse tipo de conhecimento, a parceria com os movimentos sociais, em particular com o movimento negro, é de fundamental importância na produção e na criação de um novo olhar sobre as ciências.

O fato de existirem poucos espaços de construção de conhecimento científico sobre promoção da cultura afro-brasileira e dos povos negros pode ser explicado como resultado de um longo processo, por parte do Estado brasileiro, que vigorou durante muito tempo, gerando exclusão, marginalização e abandono da comunidade negra e de diversos setores da sociedade brasileira, tendo desde o início do período colonial brasileiro, leis escravistas, discriminatórias, que proibiam o acesso da população negra à instituição escolar, entre tantas outras, a exemplo da Lei nº 1 de 14 de janeiro de 1837 que postulava que ficavam proibidos de frequentar as escolas públicas as “pessoas que padecem de moléstias contagiosas e os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos”.

Nessa dura realidade histórica vivida pelos povos negros do Brasil que as agências oficiais de produção do conhecimento desempenham papel de invisibilidade para os/as pesquisadores/as negros/as, num contexto marcado pela falta de reconhecimento da produção de saberes dos povos negros/as do Brasil, frequentemente constatados por intelectuais. A ABPN se organiza então como uma Associação que contribui para a alteração deste quadro atual, de exclusão e negação de direitos a um setor importante da população, que foi excluída de outras associações e organizações científicas dominantes.

A entidade nasceu com uma proposta de inclusão: possibilitar oportunidade aos pesquisadores(as) negros(as) para construírem conhecimentos, saberes acerca das suas culturas, povos, tradições. Oficialmente, mesmo que as outras entidades de pesquisadores da atualidade não





tragam normas proibitivas de acesso aos pesquisadores negros e de divulgação das suas temáticas, não se autodeclarem como racistas, o que se constata na prática e ao longo da história acerca dessas entidades é que elas se manifestaram de tal forma. Ou seja, quando são analisadas produções dessas entidades percebe-se que a totalidade dos trabalhos retratam quase que exclusivamente as temáticas sobre povos brancos.

ABPN é uma reunião dessa intelectualidade que acontece em diversos níveis e espaços e que reconhece a contribuição negra sobre diferentes perspectivas, organiza o que esses/as intelectuais têm feito, as pesquisas que fazem, o que desenvolvem, o subsídio da população negra, da força intelectual negra para o desenvolvimento do nosso país e do mundo em geral. Ao contrário do que muitos pensam provavelmente, de que uma associação só de pesquisadores negros/as seria uma espécie de racismo ao contrário ou segregação, a intenção é dar visibilidade a esses/as pesquisadores/as porque a escola não fala deles/as, ensina uma ciência branca e, nesse sentido, a negritude moderna se valoriza sem desvalorizar o outro.

A presença de negros/as intelectuais nas universidades abriu espaço para composição de grupos de estudos e pesquisas sobre as relações raciais no Brasil, a partir de olhar investigativo e crítico conduzido a outras formas de interpretação da realidade. Para melhor agregar as inúmeras pesquisas feitas por seus/suas associados/as, a ABPN organizou suas linhas de pesquisas em treze áreas temáticas científicas. Apesar da associação ter um compromisso político com a luta antirracista e a necessidade de formar e produzir conhecimento que questionem a lógica da produção acadêmica meritocrática atual, ela entende também que negros/as pesquisadores/as precisam responder às exigências de uma produtividade e de titulação com base em critérios de uma meritocracia forjada pela própria academia (FERNANDES, 2014).

Como já mencionamos, a ABPN se caracteriza como uma associação científica e por ter entre seus/as associados/as um número expressivo de pesquisadores/as acadêmicos/as e houve a necessidade de agregar em diversas áreas - facilitando a localização e a produção entre pares - os estudos realizados no âmbito da Associação, como podemos ver no quadro abaixo:

**Quadro 1 – Áreas Científicas da ABPN**

ÁREA CIENTÍFICA	OBJETIVO(S)	COORDENADORES(AS)
Arquitetura e Urbanismo africano	Realizar estudos étnicos e raciais em arquitetura e urbanismo e divulgar por meio de eventos realizados pela ABPN.	Prof. Fábio Macedo Velame (UFBA)



Branquitude	Problematizar a branquitude como sistema de dominação racial, simbólica e material no sistema educacional da infância ao ensino superior no sentido de compreender como a identidade “racial” branca opera.	Prof. Lourenço Cardoso (UNILAB); Profa. Cintia Cardoso (UFPR)
Estudos Africanos Interdisciplinares	Discutir questões relativas ao continente africano, desenvolvidos por professoras, professores, pesquisadoras, pesquisadores e estudantes associados.	Prof. Acácio Almeida (UFABC); Prof. Wilson Roberto de Mattos (UFBA)
Ciências e Tecnologias	Apresentar ao público em geral, cientistas negros/as, ou seja, um grupo de pessoas com um perfil bem diferenciado daquele divulgado por uma mídia que insiste em reproduzir uma visão eurocêntrica e discriminatória.	Profa. Nicéa Q. Amauro (in memorian); Profa. Anna M. Canavarro Benite (UFG)
Comunicação e Mídia	Refletir sobre o processo de midiaticização social e seu atravessamento das relações ético-raciais em sociedade.	Prof. Deivison Moacir Cezar de Campos (PUCRS); Profa. Sátira Pereira Machado (UNIPAMPA).
Filosofia Africana e Afrodiaspórica	Construir uma contranarrativa com o intuito de pluriversalizar a produção de conhecimento para produzir um debate que expõe as relações étnico-raciais como primordial na produção filosófica.	Profa. Adilbênia Freire Machado (UFRRJ); Prof. Luís Thiago Freire Dantas (UERJ); Prof. Julvan Moreira de Oliveira (UFJF)
Experiências Tradicionais Religiosas Espirituais e Religiosidades Africanas e Diaspóricas, Racismo e Intolerância Religiosa	Produzir, promover, discutir e organizar pesquisas e eventos, conveniente aos temas citados, junto à comunidade acadêmica e não acadêmica.	Prof. Ivanir dos Santos
Feminismos Negros	Evidenciar o feminismo negro como “novas vozes” emergentes dos estudos feministas por não aceitarem como evidência científica um discurso hegemônico que privilegia as mulheres brancas, heterossexuais e de classe média alta.	Profa. Ana Cristina Conceição Santos (UFAL).
Literaturas, Linguagens e Artes	Fomentar a produção acadêmica e artística de pesquisadores/as negros/as e artistas negros/as, promovendo a sua visibilidade e reconhecimento no meio acadêmico e cultural.	Profa. Maria Anória de Jesus Oliveira (UNEB); Profa. Ana Lúcia Silva Souza (UFBA); e Prof. Marcos Antônio Alexandre (UFMG).

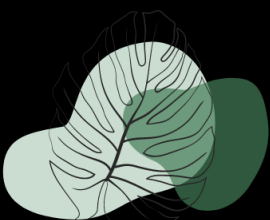


Memória e Patrimônio	Promover um debate crítico, teórico e empírico sobre as relações entre memória, patrimônio e as culturas africanas e afro-brasileiras na organização dos espaços de sociabilidade das identidades diaspóricas negras, a partir de um olhar afrocentrado, afrorreferenciado e suas especificidades.	Profa. Giane Vargas Escobar (UNIPAMPA); Prof. Delton Aparecido Felipe (UEM); Prof. Otair Fernandes de Oliveira (UFRRJ)
Quilombos, Territorialidades e Saberes Emancipatórios	Promover a articulação e circulação de saberes entre a universidade e as comunidades quilombolas numa perspectiva que rompa com as hierarquias de conhecimentos.	Profa. Maria Clareth Gonçalves Reis (UENF) e Profa. Givânia da Conceição Silva (UnB/CONAQ)
Saúde da População Negra	Debater os avanços e experiências a respeito da inserção das relações étnico raciais em centros de formação profissional e Epistemologias e práticas de saúde	Prof. Altair dos Santos Lira
Políticas e ações afirmativas	Produzir estudos e pesquisas amplos e rigorosos cientificamente e construir uma rede de informações articulada que permita traçar um panorama geral que, com monitoramento e avaliação, possibilite caracterizar o estado da arte das ações afirmativas na educação brasileira, cargos e empregos públicos e privados, entre outros.	Prof. Adilson Pereira dos Santos (UFOP) e da Profa. Renísia Garcia Felice da Universidade de Brasília (UnB).

**Fonte:** Elaboração própria das autorias, 2023.

As áreas científicas da ABPN são uma ferramenta importante na ampliação da representatividade, à medida que fomentam a produção científica de pesquisadores/as negros/as em diversas áreas, as áreas científicas da ABPN desafiam a hegemonia branca no campo acadêmico, promovendo a diversidade de perspectivas e a inclusão de saberes historicamente marginalizados.

Ao incentivar o diálogo entre pesquisadores/as negros/as de diferentes áreas do conhecimento, promovendo a troca de experiências e a construção de pontes entre saberes distintos, o conjunto de intelectuais negros/as reunidos nessas áreas contribuem para a difusão desses saberes e para o seu reconhecimento pela comunidade científica.



Para além das áreas científicas, a ABPN promove o Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as (Copene), tanto no âmbito regional como no nacional. Esse congresso agrega os/as associados/as em ações de articulação, divulgação, promoção, valorização e construção de uma agenda nacional voltada aos estudos africanos e afro-brasileiros.

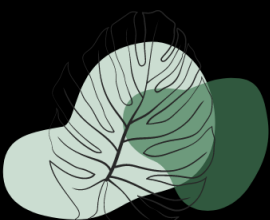
Até o presente momento, podemos destacar alguns números significativos em relação à realização dos Copenes nacionais e os regionais. Identificamos até o ano de 2023, que foram realizados ao todo 12 (doze) Copenes na modalidade nacional. Sendo que o primeiro deles ocorreu na cidade Recife, em Pernambuco e o tema central do evento foi: “Balanço da produção intelectual afrodescendente”, que aconteceu entre os dias 22 e 25 de novembro de 2000, coordenado pelo professor Henrique Cunha Jr. e a professora Lídia N. Cunha. O evento contou com conferências, mesas-redondas, minicursos, lançamento de livros e apresentações culturais. Tal estrutura foi estendida para os eventos seguintes, tanto os nacionais, quanto os regionais.

Quando falamos dos Copenes regionais, que acontecem nas cinco regiões do Brasil, podemos destacar que respectivamente, na Região Norte e Nordeste até 2023, aconteceram quatro (4) COPENES em cada região, no Sul, aconteceram seis (6) Copenes, no Sudeste foram cinco (5) COPENES, e na Região Centro-Oeste, seis (6) Copenes.

Hoje, o Copene é um dos maiores eventos que reúne pesquisadores/as negros/as e demais públicos interessados e engajados nas pautas antirracistas que tem como foco nos seus trabalhos temáticas referentes às populações negras no Brasil e no mundo. É um avanço extremamente importante pois se refere a uma excelente oportunidade tanto para acompanhar a divulgação científica de trabalhos da comunidade de pesquisadores/as negros/as realizados no Brasil e internacionalmente.

A ABPN promove diversas reuniões com pauta de produção de conhecimento científico, veiculação, validação e publicação de trabalhos dos pesquisadores/as. O Copene é a principal dessas reuniões pelo fato de congregar todos/as os/as pesquisadores/as negros/as associados/as, entre outras pessoas interessadas que não tenham vínculo filiativo, num evento único, pois é neste momento que se faz a construção de uma agenda das principais ações que serão desempenhadas ao longo do ano.

Docentes da educação básica têm tido uma participação cada vez maior nos Copenes, resultado de um diálogo entre ABPN, profissionais da Educação Básica, núcleos de educação estadual e secretarias de educação municipal. Na última edição do Copene Nacional, em 2022, por exemplo, tivemos o III Fórum de Educação Básica e teve como objetivos analisar, mobilizar,



articular e dar visibilidade às práticas pedagógicas dos/as professores/as e alunos/as da Educação Básica acerca da Educação das Relações Étnico-Raciais (Erer). O Fórum aconteceu juntamente com o evento e potencializou as discussões e objetivos que o Copene Nacional tem em reunir e fazer articulação e comunicação entre diversos grupos.

O evento ganha mais amplitude com a participação desses profissionais, proporcionando um acúmulo de saberes a estes docentes e também aos intelectuais conferencistas na medida em que acontece uma troca entre os conhecimentos produzidos nas Universidades, nos centros de pesquisa, com a produção que também ocorre no âmbito da Educação Básica, gerando um resultado muito produtivo para todos os grupos envolvidos, já que as pesquisas chegam nas escolas e também nas Instituições de Ensino Superior (IES).

O Copene representa, ainda, mais um espaço de encontro entre os diferentes pesquisadores/as negros/as, aproximando todas as pessoas que fazem pesquisa sobre negritude e questões étnico-raciais, nas mais diversas áreas, possibilitando o contato, trocas de experiências, oportunidades de conhecer e estar com intelectuais negros/as que muitos só tinham contato por meio de livros, artigos e palestras.

Além do exposto, o site da ABPN também permite explorar uma série de recursos e ferramentas, que são oferecidas à comunidade geral, com a finalidade de ampliar e divulgar informações sobre pesquisas realizadas por seus/suas associados/as. Alguns desses recursos são o Banco de Teses/Dissertações e a Biblioteca Virtual, repositórios digitais onde são disponibilizadas pesquisas e livros de associados/as com os mais diversos temas e áreas do conhecimento.

Para além disso, ABPN mantém um periódico científico intitulado de Revista da ABPN<sup>5</sup>, avaliada pelo Qualis Capes e classificada como A4. Ela é indexada em importantes bases de dados, como Web of Science e Scopus. Publica periodicamente números com artigos de seus/suas pesquisadores/as, possuindo acesso e gratuito em versão eletrônica. Seu principal objetivo é dar visibilidade às discussões sobre relações raciais a partir da produção de pesquisadores(as) e intelectuais negros(as), bem como de outros(as) comprometidos(as) com a promoção da equidade racial e a produção de conhecimento sobre o continente africano e diásporas africanas, em escalas nacional e internacional. Tem como público-alvo pesquisadores(as) e comunidade acadêmica em geral, membros de organizações e instituições que trabalham com a questão racial e pessoas interessadas no debate sobre as relações raciais.

---

<sup>5</sup> Acesse o site da Revista da ABPN: <https://abpnrevista.org.br/site/index>



A produção científica é fundamental para o desenvolvimento da sociedade. A disponibilização de informações sobre pesquisas é um aspecto importante para promover o conhecimento e a discussão sobre os diferentes temas e abordagens de todas as áreas do conhecimento.

Referência na divulgação da produção científica sobre raça e racismo no Brasil e no mundo, a ABPN contribui para promover o debate sobre esses temas, bem como para a visibilidade de pesquisadores/as negros/as e de suas contribuições para o conhecimento científico.

Compreendendo a divulgação como importante etapa para o sucesso das atividades da ABPN, por meio da comunicação, a Associação é capaz de alcançar um público amplo e promover seus objetivos de promover a visibilidade e a valorização de pesquisadores/as negros/as, bem como o desenvolvimento do conhecimento sobre relações raciais e produção de conhecimento sobre a África e diásporas africanas. Assim, está inserida, além do seu site oficial<sup>6</sup>, nas principais redes sociais como Instagram<sup>7</sup>, Facebook<sup>8</sup>, Youtube<sup>9</sup>, LinkedIn<sup>10</sup>, Threads<sup>11</sup> e Twitter / X<sup>12</sup>.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) é uma associação civil e têm por finalidade o ensino, a pesquisa e extensão acadêmico-científica sobre temas de interesse da população negra brasileira. A ABPN tem como proposta congregar pesquisadores/as negros/as brasileiros/as, que trabalham com a temática racial (não restringindo a participação de pesquisadores/as não-negros/as), com o objetivo principal de congregar e fortalecer laços entre pesquisadores/as que tratem o tema, direta ou indiretamente, ou se identifiquem com os problemas que afetam a população negra e, principalmente, estejam interessados em seu equacionamento, entre outros objetivos.

Vale destacar que a Associação disponibiliza espaço para todos os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (Neabs), Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabis) e grupos

---

<sup>6</sup> <https://abpn.org.br/>

<sup>7</sup> <https://www.instagram.com/contatoabpn/>

<sup>8</sup> <https://www.facebook.com/abpn.org.br>

<sup>9</sup> <https://youtube.com/@abpnorg>

<sup>10</sup> <https://www.linkedin.com/company/associacao-brasileira-de-pesquisadores-negros---abpn/>

<sup>11</sup> <https://www.threads.net/@contatoabpn>

<sup>12</sup> <https://twitter.com/abpnoficial>



correlatos. Estes Núcleos fomentam uma rede de articulação nacional composta por instituições de educação superior que atuam no campo do ensino, pesquisa e extensão, estimulando, entre outras, a reflexão sobre desigualdades étnico-raciais e políticas de promoção da igualdade.

Nos últimos anos, as pesquisas e a produção de conhecimento sobre a história da África e seus descendente no Brasil e na diáspora de maneira geral têm nos/as intelectuais negros/as um dos seus principais agentes. Como argumenta Fernandes (2014), com a entrada de um número maior de discentes e docentes negros/as nas universidades, devido às ações afirmativas como as cotas raciais, esses grupos vem produzindo conhecimento sobre si e seu contexto social. Ao adentrar o ensino superior, alunos/as e professores/as negros/as produzem e difundem conhecimentos científicos que permitem uma melhor compreensão do racismo e suas formas de manifestação, tanto no âmbito individual como coletivo.

Nos seus 23 anos de atuação, a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) se consolida no cenário nacional, através das suas áreas de conhecimento e da realização de projetos, como uma importante organização que contribui para a produção, organização e divulgação de conhecimento antirracista no Brasil. Através das suas atividades, a ABPN promove a visibilidade e a valorização de pesquisadores/as negros/as, bem como o desenvolvimento do conhecimento sobre relações raciais e produção de conhecimento sobre África e diásporas africanas. Tornando-se, portanto, relevante espaço de aquilombamento um aquilombamento intelectual.

Nesse sentido, seguindo a perspectiva da filosofia ubuntu, a ABPN compreende que a construção de um projeto de sociedade antirracista ocorre de forma organizada e construída pela comunidade, assim, realiza suas atividades em parceria com organizações nacionais e internacionais governamentais e não governamentais, Neabs, Neabis e grupos correlatos, movimentos sociais e diferentes atores e atrizes da sociedade civil.

Congregando pesquisadores (as) negros (as) desde a educação básica, a ABPN se destaca pela capilaridade do público envolvido em suas atividades, constituindo fortes sentidos de continuidade e futuro para as novas gerações, bem como, tornando o legado construído pelos mais velhos (as) uma herança que merece ser valorizada e potencializada, fomentando a estruturação de uma sociedade antirracista, democrática e equânime.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

FERNANDES, Otair. **O conceito de hegemonia na luta contra o racismo no brasil: a função dos Neabs**. (SYN) THESIS, v. 7, n. 2, p. 191-204, 2014.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, p. 492-516, 2010.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: Saberes construídos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2017. 154 p.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça**. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, set. 2012.

SANTOS, Joel Rufino. **Movimento negro e crise brasileiras**. Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares: Brasília, 1994.

Enviado em: 04/03/2024

Aceito em: 03/05/2024